

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ATENDENTES- RECREACIONISTAS OU DOCENTES?
REFLEXÕES ACERCA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO EM SÃO
BORJA - RS

Monografia de Conclusão de Curso de Especialização

Josiane de Oliveira Pinto Zawaski

Ijuí, RS, Brasil
2016

Josiane de Oliveira Pinto Zawaski

***ATENDENTES- RECREACIONISTAS OU DOCENTES?*
REFLEXÕES ACERCA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO EM SÃO
BORJA - RS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Especialização *Latu-Sensu* em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Docência na Educação Infantil**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Liliane Madruga Prestes

**Ijuí, RS, Brasil
2016**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação
Especialização *Lato-Sensu* em Docência na Educação Infantil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

***Atendentes- recreacionistas ou docentes?*
reflexões acerca da docência na educação infantil
a partir do estudo realizado em São Borja - RS**

Elaborada por
Josiane de Oliveira Pinto Zawaski

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Docência na Educação Infantil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Liliane Madruga Prestes, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Monique Robain Montano, Dra./Me. (UFSM)

Sueli Salva, Dra. (UFSM)

Ijuí, setembro de 2016.

*Dedico este estudo à minha família: sempre me incentivou.
Ao meu esposo Jonas Rafael: pelo grande apoio.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre comigo, fortalecendo-me para não desistir dos meus sonhos.

Minha carinhosa gratidão à professora orientadora Liliane Madruga Prestes pela atenção, paciência e carinho disponibilizado durante a realização do meu trabalho.

As educadoras infantis da escola estudada, por terem sido disponíveis a participar da minha pesquisa.

Aos professores: Monique Robain e Sueli Salva por compor a banca de minha monografia, contribuindo com o meu trabalho.

E, aos meus familiares, em especial meu esposo Jonas Rafael, pelas palavras de apoio, incentivo e segurança para vencer esta caminhada.

MUITO OBRIGADA!!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Docência na Educação Infantil
Universidade Federal de Santa Maria

***Atendentes- recreacionistas ou docentes?* reflexões acerca da docência na educação infantil a partir do estudo realizado em São Borja - RS**

AUTORA: Josiane de Oliveira Pinto Zawaski
ORIENTADORA: LILIANE MADRUGA PRESTES
Data e Local da Defesa: Ijuí, 24 de setembro de 2016.

A presente pesquisa buscou problematizar a docência na educação infantil a partir da escuta de profissionais que atuam no contexto das escolas municipais de São Borja - RS. O estudo foi desenvolvido no decorrer do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, no período de 2014 a 2016, na cidade de Ijuí – RS. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, configurando-se como um estudo de caso, o qual inclui a contextualização do estudo, a revisão de literatura acerca do tema e a aplicação de questionário semiestruturado com as profissionais que atuam como docentes na escola pesquisada. Os dados produzidos foram analisados utilizado como referenciais, os estudos e pesquisas realizados por estudiosos/as das infâncias, entre os quais cito Ariés (1981), Kramer (1995), Oliveira (2010, 2011), entre outros. Tais análises evidenciam que a rede municipal pesquisada não possui o cargo de professor de educação infantil e, portanto, a docência é exercida por profissionais denominados como “Atendente Recreacionista”. Embora possuam a formação mínima exigida para atuação, a saber, o Ensino Médio - Normal, as profissionais entrevistadas demonstram dedicação pela profissão. Todavia, relatam que se sentem desvalorizadas pois apesar de atuarem como docentes, são denominadas como atendentes recreacionistas e, portanto, não fazem jus a disponibilidade de carga horária para fins de planejamento do trabalho pedagógico que realizam. Outro fator evidenciado a partir da escuta das educadoras e de documentos que balizam a educação infantil no contexto pesquisado é a necessidade de valorização de tais profissionais mediante a garantia dos espaços de formação continuada em serviço bem como a necessidade de implementação de políticas de valorização dos profissionais que atuam como docentes nas escolas municipais.

Palavras-chave: educação infantil; formação continuada em serviço; docência na Educação Infantil.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Docência na Educação Infantil
Universidade Federal de Santa Maria

***Atendentes- recreacionistas ou docentes?* reflexões acerca da docência na educação infantil a partir do estudo realizado em São Borja - RS**

AUTORA: Josiane de Oliveira Pinto Zawaski
ORIENTADORA: LILIANE MADRUGA PRESTES
Data e Local da Defesa: Ijuí, 24 de setembro de 2016.

The present research sought to problematize teaching in children 's education by listening to professionals who work in the context of the municipal schools of São Borja - RS. The study was developed during the course of Specialization in Teaching in Child Education offered by the Federal University of Santa Maria, from 2014 to 2016, in the city of Ijuí - RS. The methodology adopted was of a qualitative character, being configured as a case study, which includes the contextualization of the study, the literature review on the subject and the application of a semistructured questionnaire with the professionals who act as teachers in the researched school. The data produced were analyzed as reference, studies and research carried out by students of childhood, among them cito Ariés (1981), Kramer (1995), Oliveira (2010, 20110), among others. Such analyzes show that the municipal network surveyed does not have the position of a child education teacher and, therefore, the teaching is carried out by professionals called "Atendimento Recreacionista". Although they have the minimum training required for performance, namely, Normal, the professionals interviewed demonstrate dedication by the profession. However, they report that they feel devalued because although they act as teachers, they are called as recreationalists, and therefore, do not justify the availability of workload for planning purposes of the pedagogical work that they perform. Another factor evidenced by listening to educators and documents that guide children's education in the context researched is the need to value these professionals by guaranteeing the spaces of continuing training in service as well as the need to implement policies to value professionals Who act as teachers in municipal schools.

Keywords: child education; Continuing education in service; Teaching in Early Childhood Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE Conselho Nacional de Educação

CEB Câmara de Educação Básica

DCNEI Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNEIs Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MOTIVAÇÕES E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA – TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL.....	12
2 INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 Formação docente para a educação infantil no contexto atual das políticas públicas.....	19
3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS: OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	23
4 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO.....	25
4.1 A oferta da educação infantil no contexto municipal de São Borja-RS.....	25
4.2 O contexto escolar pesquisado.....	27
5 ATENDENTES- RECREACIONISTAS OU DOCENTES? REFLEXÕES ACERCA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO EM SÃO BORJA - RS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Enquanto educadora e gestora atuando no contexto da educação infantil desenvolvi a presente pesquisa no decorrer do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, na cidade de Ijuí, no período de 2014 a 2016. Os estudos teóricos, os debates e reflexões realizados no decorrer dos encontros forneceram subsídios para a ampliação de meus conhecimentos, desafiando-me a refletir e repensar as práticas que realizamos no cotidiano da escola na qual atuo.

Cabe ressaltar que no decorrer do curso, analisamos as concepções de infância e criança pautadas no decorrer da trajetória das políticas públicas no Brasil, as quais evidenciam que na atualidade a Educação Infantil compõe a primeira etapa da Educação Básica. Logo, tal oferta é considerada enquanto um dos direitos básicos de toda a criança e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 29, o qual enfatiza que,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p.17).

Na sequência, estudamos que, em termos pedagógicos, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) enfatizam que as propostas pedagógicas devem pautar-se no entendimento da criança enquanto sujeito histórico e social. Isto implica compreendê-la como pertencente a uma determinada classe social e cultural cabendo a instituição de educação infantil propiciar às crianças o direito à infância em sua plenitude. Tais pressupostos implicam o investimento na formação inicial e continuada de docentes para a educação infantil consta entre as metas tanto do Plano Nacional de Educação quanto do Plano Municipal de Educação do contexto pesquisado. Logo, o foco deste estudo foi analisar como tais metas têm sido pautadas no cotidiano das escolas buscando investigar: Como se configura a docência no contexto escolar pesquisado? Quem são os profissionais e quais suas respectivas formações? Como as políticas públicas e legislações vigentes pautam a formação inicial e continuada de docentes que atuam na educação infantil? Como tais normativas e políticas públicas têm sido operacionalizadas/contempladas no contexto pesquisado?

Os dados apresentados nos remetem a reflexão acerca das especificidades da educação infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica. Para tanto, no primeiro capítulo descrevo as motivações que conduziram a escolha desta temática de pesquisa,

ressaltando que os dados aqui apresentados servirão como subsídios para o aprimoramento das ações desenvolvidas neste espaço, em particular, o âmbito da formação em serviço. Já o segundo capítulo consta de uma breve revisão de literatura acerca da docência na educação infantil no contexto das políticas públicas. No terceiro capítulo descrevo a metodologia utilizada, a qual configura-se como um estudo de caso desenvolvido no contexto de uma escola pública da rede municipal de educação infantil do município de São Borja – RS, no qual a pesquisadora atua como docente e gestora. Por fim, apresento as reflexões realizadas a partir da escuta dos profissionais que atuam como docentes no contexto pesquisado.

Cabe destacar que o foco do estudo foi discutir as especificidades da docência nas instituições de ensino infantil, a qual inclui duas funções interligadas entre si, a saber, o cuidar e o educar. As análises apresentadas visam oferecer subsídios para repensarmos as políticas públicas voltadas a atuação docente na educação infantil, incluindo o debate em torno da formação inicial e em serviço, em particular, no contexto pesquisado.

1. MOTIVAÇÕES E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA – TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Ao propor analisar acerca das especificidades e desafios postos à docência na educação infantil a educação infantil parto de entendimento de que enquanto educadores/as torna-se necessário ampliarmos os conhecimentos acerca das especificidades de tal etapa. Isto nos remete a refletir sobre a partir de que concepções de infâncias e crianças embasam nossas práticas pedagógicas. Logo, é preciso consideramos o fato de que tais infâncias e crianças circulam no cotidiano das escolas infantis e que possuem demandas e expectativas diversas. Diante disso, enquanto docentes somos desafiados/as a repensarmos nossas práticas, aprendendo a escutá-las e a rever nossas próprias concepções acerca de tal etapa da Educação Básica.

Recordando minha infância, ainda lembro-me daquele pátio grande, com uma grama fina e fofa, as sombras das árvores e daquele cantinho perto de uma cerca, embaixo de uma árvore sombria onde não havia grama, e sim uma terra vermelha e solta, que sobre ela ficavam as marcas de momentos alegres e inesquecíveis da infância. Nesta época, os melhores brinquedos eram criados com objetos que os nossos pais se desfaziam, ou que eram encontrados atirados no próprio pátio da casa como latinhas, caixinhas, potes, tampas, gravetos, papelão, cordas, baldes, objetos velhos e outros. Através da imaginação um simples objeto se transformava em um brinquedo atraente e envolvente. As brincadeiras eram recheadas de imaginação com a criação de cenas e cenários diversos nos quais mergulhávamos em histórias envolventes, num tempo e espaço que pareciam infinitos.

Inúmeras foram as brincadeiras que compartilhei durante minha infância juntamente com os amigos e amigas na sombra das árvores e em diferentes espaços. Em grupo, cada um escolhia um objeto e transformava em história. Havia poucas discussões e desentendimentos, a brincadeira fluía tão bem, porém tão natural que o clima era muito alegre, divertido e atraente para todos que ali faziam parte daquele momento. Naquele tempo, eu vivia num mundo encantado de fantasias, aonde a imaginação ia além dos meus medos, onde uma tarde com os amigos se transformava em um dia em que não queríamos que tivesse fim. Hoje atuo como docente e gestora de uma escola pública no contexto onde vivi minha infância e essas memórias me remetem a pensar como nossas crianças vivenciam suas infâncias nos espaços de nossas escolas infantis.

Dito isso, parto do entendimento de que apesar dos avanços nas políticas públicas, em termos de educação infantil, na prática há muito a ser conquistado. A exemplo disso, cito

os artigos nº61 e 62 da Lei nº9394/96, os quais definem a exigência de formação docente para a atuação na educação infantil, considerada enquanto primeira etapa da Educação Básica. Todavia, não raras vezes, tal formação não contempla as especificidades da educação infantil e das infâncias. Portanto, busco investigar: Qual o perfil de formação e quais os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam como docentes na educação infantil no contexto pesquisado?

A fim de fundamentar o estudo, apresento a seguir uma breve revisão de literatura acerca da docência na educação infantil.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

Entre os estudos realizados no Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, cito a leitura e debate em torno de pesquisas realizadas por estudiosos/as das infâncias, entre os quais cito Ariés (1981), Kramer (1995), Oliveira (2010, 2011), os quais fornecerem subsídios importantes para esta pesquisa. Tais autores/as evidenciam que quando se refere a palavra infância é preciso ampliarmos seu significado, ou seja, uma vez que se refere a sujeitos em contextos diversos, torna-se difícil defini-la num só conceito. Logo, ao referirmos a infância e criança estamos tratando de conceitos plurais, ou seja, infâncias e crianças produzidas a partir de diferentes contextos históricos e culturais.

No entanto, outro aspecto a ser considerado é o fato de que o sentimento de infância que prevalece na atualidade é bastante recente, conforme destaca o historiador Aries (1981). Pautado nos estudos da iconografia, o autor relata que na sociedade medieval não havia um olhar dedicado para as crianças atribuindo ao fato de que não haveria espaço para ela, a infância, durante este período.

[...] o sentimento de infância não existia”. Nessa época, não havia uma consciência que separasse a criança do adulto. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (p.156).

Para exemplificar tudo isso, Aries relata algumas obras de arte que representa crianças. Entre elas, o historiador relata uma cena do Evangelho de Oto III, uma miniatura do século XI:

O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que deixe vir a ele as criancinhas [...]. Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. Apenas seu tamanho se distingue dos adultos (ARIES, 1981, p.50).

De acordo com suas pesquisas, Aries (1981) ressalta que gradativamente foram surgindo algumas representações artísticas de crianças mais próximas do sentimento moderno. Além de análises artísticas, esse pesquisador resgatou um conceito marcante sobre a infância que existiu ao longo do século XVII ao XVIII. Uma característica desse período apontada refere-se às vestes das crianças, que ao deixar de usar fraldas, passavam a ser vestidas como

adultos de sua condição social. Eram vestidas indiferentemente, não distinguindo a criança do adulto, comprovando assim, o quanto a infância era pouco valorizada, nas suas particularidades na vida real.

Ao analisar a trajetória da educação infantil, a pesquisadora Sônia Kramer (1995) ressalta que o conceito de infância está ligado ao contexto social em que a criança encontra-se inserida, e é historicamente definido pelas formas de organização da sociedade, ou seja,

[...] o papel da criança muda na sociedade, passando de um papel produtivo, na sociedade feudal, a alguém que precisa ser cuidada e escolarizada para futura atuação, na sociedade burguesa (p.19).

Ao analisar as transformações no conceito de infância, a autora chama a atenção para o fato de que é preciso considerarmos dois fatores: o sentimento de infância, que no século XVI surgiu com a diminuição da mortalidade infantil e com as descobertas científicas que permitiram mais tempo de vida; e o outro se refere ao sentimento moderno de infância, que prevê uma criança inocente, ingênua, graciosa, tendo a criança como um ser imperfeito e incompleto, sendo “paparicada” pelos adultos. Em seus estudos enfatiza

[...] penso hoje – como em 1980 – que os estudos de Ariès influenciaram pesquisadores e cientistas sociais do mundo inteiro quanto à mudança do papel da família ao longo dos séculos. Estudando a transformação da concepção de infância e família [...] a mudança da concepção de infância foi compreendida como sendo o eco da própria mudança nas formas de organização da sociedade, das relações de trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que nossa sociedade tem das crianças. (Kramer, 1995, p.19)

No contexto atual, Pereira e Souza (1988) evidenciam que os esforços em separar o mundo do adulto do mundo da criança acabaram difundindo o que denominou de sentimento moderno de infância. Este se caracteriza pelo fato de que a educação vai sendo substituída pela aprendizagem escolar, a qual está tomando cada vez mais espaço na vida das crianças. Para exemplificar tal entendimento, as autoras citam o fato de que hoje, não raramente, presenciamos a seguinte situação:

[...] Criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Carinho transformado em objeto. O tomagoshi e a afetividade objetificada. Erotização da infância. Sexualidade. Publicidade. Cultura do consumo. [...] individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação de alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Esses são apenas alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destacamos a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças como uma questão que precisa ser analisada com maior profundidade (p.37).

Finalizando esta breve reflexão sobre concepção de infância, podemos citar os estudos realizados por Sarmiento e Pinto (1997), os quais apontam que o fator “idade” tem sido considerado como um fator para na definição do conceito de criança posto em algumas políticas públicas. Exemplo disso, no caso do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposta pela Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 define que são crianças os sujeitos até 12 anos incompletos. Todavia, quando se fala em Educação Infantil, se fala em Infâncias, pois é nesta etapa que as crianças vivenciam uma das principais fases da sua vida que é a sua Infância. Momento este marcado pelas suas descobertas e vivências.

Cabe salientar que enquanto direito social das crianças, conforme a Constituição de 1988, a Educação Infantil possui a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica a partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96. Logo, as crianças estão fazendo parte cada vez mais cedo das instituições de educação infantil, passando assim suas infâncias mais regradas e às vezes limitadas a espaços estipuladas a elas. Acerca disso, as escolas de educação infantil têm um papel muito importante e fundamental na vida das crianças que terão suas infâncias vividas dentro delas. Cabendo a todos os envolvidos um conhecimento aprofundado sobre tudo o que envolve a criança e a sua infância, para então realizar um trabalho nas escolas em que se obtenham resultados significativos e que respeitem as especificidades das crianças e das infâncias.

Tratando-se de educadores infantis, ressalto da grande importância desse profissional buscar o conhecimento partindo da criança, sua infância e o brincar. Neste aspecto, Fortuna (2012) salienta que é preciso considerar que no âmbito da educação infantil a criança aprende brincando, ou seja, a escola infantil é um lugar para ser, viver, representar, aprender, interagir e se comunicar, e não apenas para brincar.

Articulando tais conhecimentos com o contexto no qual atuo como gestora, ressalto a necessidade de aprofundarmos os estudos sobre as especificidades de tal etapa. Digo isso porque não raras vezes nos deparamos com crianças sendo tratadas como “alunos” ou “pequenos adultos” no contexto dos espaços das escolas infantis. Ao problematizar tal questão, compartilho do entendimento de Oliveira (2011) que ao abordar a função do educador no contexto da educação infantil salienta a importância de possibilitar e participar com a criança da grande aventura da construção de conhecimentos, o que implica considerá-la um ser ativo, dona de uma forma própria de ver o mundo e a si mesma (p.83). Neste mesmo enfoque, Fortuna (2012) enfatiza que,

Os educadores infantis precisam ser capazes de brincar, interagindo com a criança de forma criativa e produtiva, pois “enquanto a aprendizagem é a apropriação e a internalização de signos e instrumentos num contexto de interação, o brincar é a apropriação ativa da realidade por meio da apresentação. A brincadeira é, por conseguinte, uma atividade análoga à aprendizagem. (p.24).

Ressalto aqui, a breve lembrança da minha infância, das brincadeiras que dela faziam parte e comparo com as que hoje fazem parte da realidade das crianças. Vejo que na atualidade, as atuais políticas públicas estão pautadas no entendimento da Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica e de que tal oferta é direito da criança. Isto nos remete a repensarmos como temos potencializado que as crianças vivam suas infâncias no âmbito de nossas escolas, ou seja, a partir que concepções de infância e criança pautamos nossas práticas pedagógicas. Para tanto, cito as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs)¹, as quais definem criança como,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói a sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12)

Tais Diretrizes partem do entendimento da criança enquanto sujeito de direitos e, portanto, a escola de educação infantil se constitui enquanto espaço potencializador de múltiplas aprendizagens, sendo dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção (BRASIL, 2010). Entretanto, integrar ao sistema de ensino representa uma mudança de concepção na área da Educação Infantil que até o início pautava-se no caráter assistencialista, ou seja, ênfase no cuidar.

A mudança de tal paradigma é pautada no âmbito das atuais Diretrizes, as quais enfatizam que na educação infantil a prática pedagógica pauta-se na articulação entre o cuidar e o educar. Para tanto, ressaltam a necessidade da construção coletiva de uma proposta pedagógica centrada na criança enquanto sujeito, ressaltando a importância de escutá-las para o planejamento das práticas pedagógicas. Neste enfoque, as atuais DCNEIs (Brasil, 2010) enfatizam que o currículo para tal etapa de ser compreendido como,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (p.12)

1 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 acessado em agosto/2016

Todavia, a implementação de tais pressupostos implica também repensar os espaços de formação inicial e continuada dos docentes, incluindo a oferta de espaços nos quais possam compartilhar experiências e estudos bem como refletir coletivamente as práticas desenvolvidas. De acordo com Parecer² das DCNEIs (Brasil, 2009), tal formação consiste na oferta de,

Programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar sua prática e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades (p.13)

Com base nestas vivências e na própria trajetória pessoal, enquanto educadora busquei aprofundar os meus conhecimentos acerca das infâncias e da educação infantil, uma vez que atuo como docente há treze anos e atualmente sou gestora de uma escola da rede pública municipal de São Borja. Enquanto pedagoga/gestora de uma escola de Educação Infantil sinto-me no compromisso de conhecer e pesquisar maiores informações a respeito da Formação Docente, a fim de saber orientar e avaliar os profissionais atuantes na escola onde atuo a fim de refletirmos e qualificarmos as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Logo, no ano de 2014 surgiu a grande oportunidade de iniciar novos estudos nesta área através do Curso de Pós-graduação em Docência na Educação Infantil pela UFSM, e a questão da formação docente passou a me inquietar ainda mais e, portanto, nesta pesquisa busco conhecimentos a respeito do educador infantil, procurando saber como as atuais políticas públicas para a formação docente na educação infantil têm sido efetivadas e quais as demandas apontadas pelos educadores no contexto pesquisado? Para responder tais questões, realizei um estudo no contexto o qual atuo e a seguir apresento um breve relato da caracterização do mesmo e as demandas existentes e os tempos e espaços destinados à formação continuada.

A seguir, apresento uma breve retrospectiva acerca da formação dos profissionais que atuam em tal etapa no contexto da educação brasileira e os desafios postos na atual conjuntura.

2 Parecer CNE/CEB nº20/2009 disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3748-parecer-dcnei-nov-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192 acessado em junho/2016.

2.1 Formação docente para a Educação Infantil no contexto atual das políticas públicas

Em termos de Brasil, a partir do final dos 80 e início da década de 1990, presenciemos avanços significativos em termos de políticas públicas, em especial, no que se refere ao atendimento na educação infantil. Entre tais avanços, cito a Constituição Federal promulgada em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado em 1990, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (PCNEI) instituídos em 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (revisada em 2009). Tais normativas contribuíram de forma significativa para a mudança de paradigmas no âmbito da educação infantil, a qual foi perdendo aos poucos o caráter assistencialista e ganhando um caráter educativo. Cito por exemplo, de tais mudanças cito a inclusão da educação infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica e a exigência de profissionais habilitados no mínimo no Ensino Médio Normal. Na sequência, os PCNE (Brasil, 1998) enfatizaram que,

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (p.41)

Todavia, na prática a formação docente para atuar na educação infantil ainda carece de investimentos e valorização, uma vez que tais profissionais ainda são desvalorizados, começando pela sua identidade diante da sociedade, que muitas vezes não o vê como professor da educação infantil, e sim, como um mero cuidador de crianças. Neste enfoque, os estudos realizados por Oliveira (2012) enfatizam que o professor na etapa de educação infantil precisa se constituir enquanto

[...] um especialista e sua formação, oferecida nos cursos de graduação, especialização e na formação continuada, deve possibilitar a esse profissional lidar com a organização dos espaços e dos tempos das unidades (os estabelecimentos) de educação infantil e com as dinâmicas dos grupos infantis, com foco em diferentes prioridades: cuidado físico, atividades propostas para ocorrerem em grupo ou individualmente que possibilitam a construção, pela criança, de significações sobre o mundo e sobre si.

Com relação a tal formação docente, a Lei de Diretrizes e bases da Educação, no seu artigo 62, determina que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Brasil, 1996, p.20)

Considerando exigência de formação mínima para atuação, o professor da Educação Infantil deve ter em mente que o cuidar e o educar, são duas dimensões indissociáveis nesta modalidade de ensino. Também torna-se indispensável considerar que a docência na educação infantil implica considerar as crianças e infâncias que circulam nos espaços das instituições, o seja, implica que o docente conhece as especificidades e demandas da etapa na qual atua. Para tanto, precisa considerar que desde o nascimento, a criança é inscrita em um ambiente rico de experiências e interações e relaciona-se com parceiros diversos. Tais interações auxiliam a criança a tornar-se um sujeito cultural e a ação do professor precisa estar pautada na escuta e no olhar a criança, o que é ressaltado nos estudos realizados por Oliveira (2012), a qual destaca:

[...] As ações do professor junto às crianças são cultural e historicamente constituídas e baseiam-se, em especial, na representação que ele faz de seu papel e na concepção de criança e de educação infantil que possui. Daí a importância de o professor centrar seu olhar na criança e vê-la como parceira ativa, dona de um modo próprio de significar o mundo e a si mesma, ponto que reformula certas concepções que veem o ensino como um movimento que parte do professor e que tomam a criança como mero receptor de suas mensagens. Essas novas representações e concepções devem ser apropriadas pelo professor em sua formação profissional (p.227)

No âmbito da docência na educação infantil há que se ressaltar ainda o fato de que a mediação do professor se faz à medida que suas ações buscam familiarizar a criança com significações historicamente elaboradas para orientar o agir das pessoas e compreender as situações e os elementos do mundo. Ele age de uma forma indireta, pelo arranjo do contexto de aprendizagem das crianças: os espaços, os objetos, os horários, os agrupamentos infantis. O professor atua de modo direto conforme interage com as crianças e lhes apresenta modelos, responde ao que elas perguntam, faz perguntas para conhecer suas respostas, as pega no colo quando se emocionam e, por vezes, opõe-se ao que elas estabelecem para ajudá-las a ampliar

seu olhar, ensinar as regras sociais de seu grupo social ou aperfeiçoar seu modo de sentir as situações (BRASIL, 2007, p. 25). Pautada em tal entendimento, Oliveira (2010) destaca que uma das principais preocupações do educador infantil consiste em

[...] garantir às crianças oportunidades de interação com companheiros de idade dado que elas aprendem coisas que lhes são muito significativas quando interagem com companheiros da infância e que são diversas das coisas que elas se apropriam no contato com os adultos ou com crianças já mais velhas. À medida que o grupo de crianças interage, são construídas as culturas infantis (p.6)

Dito isso, a autora destaca ainda que os professores devem planejar o seu trabalho pedagógico incluindo diversos aspectos que contemplem os tempos e os espaços, as rotinas, as programações de atividades, as experiências que agreguem relações entre a criança e o adulto, e a criança com a criança. Essas experiências devem ser articuladas com as vivências das crianças com outros contextos, principalmente, no cotidiano familiar, levando-as a um processo integrado do desenvolvimento. Para tanto, é preciso considerar que, conforme preconizam as atuais DCNEIS (2009), a proposta pedagógica que orienta o trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil deve

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 02).

Na Educação Infantil, as especificidades das crianças requerem que o trabalho pedagógico do professor contemple ações indissociáveis do educar, do brincar e do cuidar. Logo, é preciso, por conseguinte, organizar um cotidiano que promova situações desafiadoras, estimulantes e agradáveis. É preciso ampliar as possibilidades da criança de se relacionar com o outro, de cuidar e ser cuidada, de comunicar-se, de pensar, imaginar, brincar, trabalhar em grupo, de buscar soluções para problemas e conflitos, de apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, enfim, as práticas educativas envolvidas nas instituições de Educação Infantil precisam estar aptas a responder às especificidades de cada criança de modo a respeitar os seus direitos. Assim, entende-se que

As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendi-

das nesses aspectos, como cumprimento do respeito à sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (BRASIL, 2009, p. 09)

Portanto, a formação deste profissional com o papel de educar e cuidar as crianças pequenas deve ser baseado em saberes e competência. Saberes no que diz respeito aos conhecimentos teóricos e práticos necessários a atuação deste profissional.

Com base em tais pressupostos, no próximo capítulo apresento os percursos metodológicos deste estudo, o qual pautou-se na escuta das profissionais que atuam como docentes no contexto analisado.

3. CAMINHOS INVESTIGATIVOS – OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A opção metodológica escolhida para o desenvolvimento deste estudo foi a pesquisa qualitativa com o intuito de analisar o contexto da educação infantil no qual atuo. A escolha de tal estratégia metodológica pautou-se na definição de estudo de caso proposta por André (2013), a qual destaca:

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (p. 97).

Logo, num primeiro momento realizei uma revisão de literatura sobre a problemática da pesquisa, o que inclui a leituras de pesquisas e estudos realizados além da análise de documentos legais, entre os quais cito, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Brasil, 2010), o Plano Nacional de Educação – 2014-2024 (Brasil, 2014) e o Plano Municipal de Educação (SB, 2015), Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, entre outros.

Num segundo momento, ao compartilhar do entendimento de André (2013) de o estudo de caso qualitativo objetiva revelar os significados atribuídos pelos participantes, optei pela realização de entrevistas como uma das estratégias para a produção dos dados analisados no decorrer deste estudo. Ao optar pela entrevista semiestruturada remeto aos estudos de Triviños (1987), o qual enfatiza que “para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada é um, dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados”. (p.145). As entrevistas ocorreram no decorrer dos meses de junho e julho de 2016, de forma individual com cinco docentes selecionadas e com o consentimento de cada uma delas.

Inicialmente interessava-me saber a cerca da sua motivação e atuação docente na educação infantil. A seguir, buscava investigar como era a participação das educadoras em cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento em sua área e diante disso procurei investigar as razões da carência desses cursos no município. Finalizando as entrevistas

busquei saber as opiniões com relação à docência na educação infantil em seu contexto educacional atual de trabalho.

Para tanto, foram analisadas as respostas das professoras em relação a atuação e formação docente do profissional da educação infantil, bem como, a respeito da legitimação das políticas públicas integradas no cotidiano da Escola de Educação Infantil (EMEI), localizada no município de São Borja/RS, local onde as entrevistadas exercem suas funções no exercício da docência em sala de aula.

A seguir apresento a descrição do contexto escolar pesquisado e dos sujeitos participantes do estudo.

4. CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

4.1 A oferta da Educação Infantil no contexto municipal de São Borja – RS

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito de uma escola de educação infantil da rede municipal do ensino de São Borja. Esta cidade localiza-se na região Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. Situa-se na fronteira oeste do estado, com extensão territorial de 3.616,014 km², sendo banhado pelo rio Uruguai, que é a fronteira natural com a cidade de Santo Tomé localizada na província de Corrientes, na Argentina. São Borja tem a civilização mais antiga do estado, e uma das mais antigas do Brasil, sendo povoada ininterruptamente desde sua fundação.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE), em 2015 a população do município de São Borja estava estipulada em 62.990 habitantes. Para atender a demanda o campo da educação, o ano de 2006, o município criou o Sistema Municipal de Ensino de São Borja. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2014, o Sistema Municipal é integrado por instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal, totalizando 29 escolas sendo 10(dez) de Educação Infantil na rede pública além de 19 (dezenove) de Ensino Fundamental. Conta ainda com seis (06) escolas de educação infantil na rede privada.

Todas as escolas de educação infantil situam-se na zona urbana do município, não havendo oferta na zona rural.

Com relação à oferta da educação infantil, as estatísticas nos mostram que somados as crianças (estudantes) das 22 escolas de Ensino pré-escolar, a rede municipal possui em torno de 4.238 crianças matriculadas na educação infantil, e 66 docentes atuantes nesta área. Este número é acrescido através do convênio do município com a 35ª CRE, em que escolas estaduais oferecem salas de aula para crianças do jardim e pré-escola, e a Prefeitura custeia as despesas.

Na Gestão de uma Escola de Educação Infantil observei e vivenciei muitos problemas, mas os mais urgentes são: a grande demanda nesse nível, profissionais habilitados e a falta de regulamentação para o funcionamento das escolas. Diante dos problemas enfocarei a necessidade de profissionais habilitados para atuarem nesta área.

³ Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=rio-grande-do-sul|sao-borja> acessado em 15/08/2016.

Cada escola de educação infantil do município é composta por um diretor, pelos atendentes recreacionistas que atuam nas turmas, a servente e a cozinheira. O cargo de direção é ocupado por um/a professor/a do quadro efetivo (concurso), porém sua escolha é feita por meio de indicação pela administração municipal. Além da gestão administrativa da escola a direção acumula as funções de coordenação pedagógica e supervisão pois não há profissionais para atender tal demanda no contexto das escolas. A Secretaria Municipal de Educação possui um grupo de professores que atuam na gestão da educação infantil, o qual é formado por uma coordenadora, uma supervisora e uma psicóloga, as quais são indicadas pelo poder público municipal. Logo, evidencia-se uma alta rotatividade entre os profissionais que fazem parte deste grupo gestor da Secretaria, os quais além contar com profissionais “indicados”, não raras vezes, também não possuem formação específica e/ou experiência no âmbito da Educação Infantil. Diante disso, no âmbito das escolas, a direção acumula as funções tais funções pedagógicas além das rotinas administrativas.

Já a servente e a cozinheira, ambas concursadas, formam a equipe de apoio da escola, no qual a servente é responsável pela limpeza e higienização da escola e a cozinheira pelos cuidados e produção da alimentação das crianças, que segue cardápio elaborado pela nutricionista da secretaria de educação para as escolas.

O atendimento nas turmas é realizado por profissionais denominados como Atendentes Recreacionistas, cujo primeiro concurso público para preenchimento de tal cargo foi efetuado em 2003. À época, foram ofertadas 60 (sessenta vagas), a serem preenchidas por candidatos aprovados e com formação mínima a nível de Ensino Médio – Normal (com formação pedagógica). Todavia, apesar do concurso contar com muitos candidatos aprovados, nem todas as vagas disponíveis acabaram sendo preenchidas por falta de interessados. Diante disso, as vagas acabaram sendo preenchidas por contratos temporários admitidos pela administração através da Secretaria de Educação, a fim de atender as demandas docentes nas escolas da rede. Atualmente, o município conta somente com tais “atendentes recreacionistas” atuando na docência das turmas de educação infantil.

Conforme destaquei acima, as Atendentes Recreacionistas desempenham a docência nas turmas e são denominadas pela comunidade como “professoras” em razão de atuarem diretamente e assumirem a regência das turmas. As atribuições do cargo são inerentes à docência e incluem a prática pedagógica nas turmas de educação infantil (incluindo ações como planejar atividades, acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento das crianças, articulando o cuidar e educar). Tais profissionais exercem uma carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, havendo apenas uma reunião semanal para tratar de questões pedagógicas, a qual é organizada a critério da direção da escola.

4.2 O contexto escolar pesquisado

O levantamento de dados foi feito em uma Instituição Escolar, localizada na cidade de São Borja (RS), situada à Rua Mario Cortez, nº 2010, bairro José Pereira Alvarez. A escola tem o seu ato de criação no Decreto nº 10.152/2006, contando com 10 anos de funcionamento, ofertando Educação Infantil para crianças de 4 meses a 3 anos, em turno integral, com funcionamento das 7h30 min às 17 horas. Neste ano de 2016, a escola conta com cinquenta crianças frequentando o turno integral, distribuídas em quatro turmas conforme a idade, sendo: Berçário 1 (4 meses à 11 meses), Berçário 2 (1 ano à 1 ano e 11 meses), Maternal 1 (2 anos) e Maternal 2 (3 anos). E, para atender a esta demanda de educandos, a escola dispõe de 10 Atendentes recreacionistas com a seguinte formação: 02 Pedagogas e 02 em formação na Pedagogia, sendo que todas possuem formação no curso de Magistério (Curso Normal). Neste caso, quatro são atendentes recreacionistas concursadas e seis contratadas por tempo determinado. E ainda, uma merendeira e uma servente.

Quanto à gestão financeira, a escola é mantida com recursos destinados pelo governo municipal. No entanto, a comunidade escolar organiza promoções para angariar recursos (tais como ação entre amigos, festas, entre outros eventos beneficentes) a fim de complementar os recursos disponibilizados e incrementar e/ou qualificar algumas ações pedagógicas,

Quanto a Proposta Pedagógica, cabe destacar que prevê a oferta de uma educação de qualidade, integrando família e escola. Para tanto, propõe o desenvolvimento de ações pedagógicas pautadas na articulação entre cuidar e educar visando à promoção do desenvolvimento integral das crianças.

A seguir, apresento a análise dos dados produzidos no estudo a partir da escuta de 05 (cinco) profissionais que atuam na docência das turmas de educação infantil do contexto escolar pesquisado.

5. ATENDENTES- RECREACIONISTAS OU DOCENTES? REFLEXÕES ACERCA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DO ESTUDO REALIZADO EM SÃO BORJA - RS

A pesquisa contou com participação de cinco (05) profissionais que atuam na docência das turmas de educação infantil da escola. Cabe esclarecer que tais profissionais possuem formação pedagógica a nível de Ensino Médio - Normal e, embora exerçam a docência nas turmas, são designados como Atendentes Recreacionistas, conforme o atual Plano de Cargos e Salários vigente no município. Tais atendentes concordam em participar de um encontro individual com pesquisadora, o que aconteceu no âmbito do espaço da escola e durante os intervalos entre os turnos de trabalho das mesmas.

Num primeiro momento, as participantes foram questionadas quanto a formação e o tempo em que atuam na educação infantil, cujos dados foram sistematizados na tabela abaixo (Tabela 1).

Participantes do estudo	Tempo de atuação na Educação Infantil	Nível de escolaridade
Atendente recreacionista A	3 anos.	Curso Normal Magistério.
Atendente recreacionista B	2 anos.	Curso Normal Magistério, cursando Pedagogia.
Atendente recreacionista C	1 ano.	Curso Normal Magistério, cursando Licenciatura em Matemática.
Atendente recreacionista D	6 meses.	Curso Normal Magistério, cursando Relações Públicas.
Atendente recreacionista E	6 anos.	Curso Normal Magistério, cursando Pedagogia.

Tabela 1 – Descrição do tempo e formação das participantes do estudo.

Questionadas quanto as motivações para a escolha da atuação no âmbito da educação infantil, Com relação as suas motivações, as entrevistadas afirmam que caíram de “para quedas” (professora A) ou em razão de que obtiveram a oportunidade de trabalhar neste etapa e acabaram gostando, conforme os relatos abaixo:

Primeiramente por uma oportunidade no mercado de trabalho e depois pelo amor às crianças... (professora B)

Na verdade optei em fazer magistério pensando em atuar com alunos das séries iniciais. Ao concluir o curso de magistério procurei trabalho e consegui somente na EMEI, achei que não iria me adaptar, mas logo me apaixonei pela oportunidade de trabalhar com os pequenos... (professora E)

Na sequência, questionei as educadoras sobre qual é a função que atribuem a educação infantil e ao educador nesta etapa. Entre as cinco participantes, prevalece o entendimento de que a educação infantil é uma etapa preparatório para as posteriores, conforme relata a professoras, as quais definem que,

A educação infantil tem como função desenvolver na criança as habilidades para necessárias para o Ensino Fundamental (professora B).

A educação infantil é uma das bases da educação, tratando da criança em sua formação inicial, trabalhando as habilidades socioeducativas das crianças. (professora C).

A função da educação infantil é preparar as crianças para a etapa seguinte, é conduzi-los, ensinar limites (professora E).

Quanto a função do professor que atuam nesta etapa, a professora A destaca que seu trabalho não se restringe apenas ao cuidar. Já as professoras B, D e E entendem que cabe ao professor preparar a criança para etapas posteriores a professora C entende que desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança.

Não se restringe apenas a cuidar das crianças (professora A).

É preparar para as etapas posteriores (professora B)

O educador infantil tem um papel fundamental para o desenvolvimento da criança, dando a ela subsídios para que ela cresça e evolua plenamente (professora C). É o educador que norteia a criança (professora D).

É um facilitar, promotor das aprendizagens (professora E)

Outro eixo relevante nesta pesquisa, citado na entrevista, foi com relação a participação das atendentes recreacionistas em ações na área de formação continuada, a qual responderam que participam poucas vezes, quando é oferecido gratuitamente pela secretaria municipal de educação, encontros de formação para todas as atendentes recreacionistas que atuam nas escolas de educação infantil, promovendo um turno com palestra sobre um determinado tema. Mas, isso ocorre a cada três meses em média, sendo necessário mais continuamente. E, fora isso, dificilmente é ofertado cursos de aperfeiçoamento no município.

Quanto à participação das discussões acerca das políticas públicas de educação infantil no município, foi colocado pelas atendentes que elas nunca participaram nunca se reuniram para tratarem desse assunto tão importante para todos, sendo que sempre fica a cargo do responsável pela escola – Diretor- participar dessas discussões. Não há oportunidades para as atendentes participarem desses assuntos políticos.

Finalizando a entrevista foi realizada uma avaliação das atendentes recreacionistas, referente à docência na educação infantil no contexto educacional atual, considerando os aspectos que julgam positivos e os aspectos que sugerem melhoras e/ou aprimoramentos. Entre os aspectos que julgam positivos, as entrevistadas foram unânimes aos citarem o

trabalho pedagógico realizado com as crianças, o qual consideram que ocorre mediante o comprometimento e responsabilidade por parte de toda a equipe. Citam ainda que na escola prevalece um clima agradável entre os profissionais e também com as famílias.

Quanto aos aspectos a serem melhorados/aprimorados citam que gostariam de participar de uma formação voltada para a educação infantil. Afirmam que apesar de terem formação pedagógica (nível de Ensino Médio – Normal), no decorrer tiveram pouca ou nenhuma ênfase na docência com crianças pequenas (principalmente de zero a três anos). Neste sentido, os conhecimentos que pautam suas práticas são produzidos a partir de experiências compartilhadas no cotidiano com outras colegas mais experientes na área.

As atendentes recreacionistas reivindicaram por encontros de capacitações, cursos, ou seja, uma formação continuada para que possam ampliar os conhecimentos, esclarecer dúvidas e ficar por dentro das mudanças ocorridas na educação infantil, no que diz respeito as leis e trabalhos com as crianças. Gostariam que fossem mais valorizadas, bem vistas e melhores remuneradas pelo trabalho que desempenham junto às crianças, pois apesar de serem as “atendentes recreacionistas”, são cobradas como professoras tendo toda a responsabilidade em suas mãos.

Com relação aos aspectos que sugerem melhoras e/ou aprimoramentos na escola, muitas coisas foram citadas aqui, a começar pela infraestrutura da escola que não é adequada para comportar o número de crianças existentes na instituição. As salas de aulas tornam-se pequenas demais com todos os mobiliários e objetos como: armários, mesas, cadeiras, colchonetes, travesseiros, estantes e brinquedos, acabam não sobrando muito espaço físico para as crianças brincarem e realizarem suas atividades com as educadoras. Fora das salas, a escola dispõe de um pátio gramado que precisa de uma cobertura, pois dependendo do tempo ora está muito úmido, ora está ensolarado, e assim muitas vezes sem poder aproveitá-lo.

Concluindo a entrevista, citaram a grande carência de recursos didáticos que há na escola. Há poucos, além de serem estragados e outros quebrados. A escola necessita de materiais didáticos como: jogos para idades diferentes, brinquedos educativos, um parquinho no pátio, mais aparelhos de som, bolas, bambolês, livros novos de literatura infantil, fantoches entre outros recursos que podem ser usados no trabalho com as crianças.

Vejamos que, as atendentes recreacionistas apresentam o mínimo de exigência para atuar na educação infantil sendo o Magistério. Poucas demonstram interesse em seguir nesta carreira de docente da educação infantil, acreditamos que por ser pouco valorizada no município. Devido às contratações do município para atuar na docência, a maioria apresenta pouco tempo de experiência na educação infantil, necessitando de acompanhamento e de

formações para melhor desempenhar o trabalho na instituição. Logo, ao focar a necessidade de investimento nas políticas de formação inicial e continuada, Kramer (1994), há mais de uma década vem enfatizando que é necessário

[...] novo tipo de formação, baseada numa concepção integrada de desenvolvimento e educação infantil, que não hierarquize atividades de cuidado e educação e não as segmente em espaços, horários e responsabilidades profissionais diferentes (p.37).

Cabe ressaltar aqui, a desvalorização do município com as atendentes recreacionistas que atuam com a educação infantil do município. Além de desempenharem dois papéis, ora professor, ora monitor, não recebem financeiramente o devido salário, pois não fazem parte do plano de carreira do magistério público, e além do mais são raros os cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo município aos educadores infantis, que por sua vez sentem a falta de uma formação continuada para aprimorar o trabalho desenvolvido nas instituições. Neste enfoque, em termos de políticas públicas no contexto local é preciso avançar no que se refere a implementação do artigo 67 da LDB, o qual dispõe que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho

A importância da formação continuada é muito importante aos atendentes recreacionistas que atuam na sala. Cabe lembrar que tal formação esta assegurada por Lei, como direito do professor de educação infantil porém precisa ser garantida e aprimorada no contexto das escolas municipais. No caso, constata-se que tal formação continuada ocorre de forma esporádica, ou seja, às vezes são realizados pela Secretaria Municipal de Educação, encontros com todos os atendentes recreacionistas para palestras e conversas sobre um determinado tema relevante no trabalho com as crianças. Ao analisar tal problemática, Kramer (1994) chama a atenção para o fato de que os profissionais precisam de condições e de tempo para estudar. De tempo pago para o trabalho de se qualificarem (p.26). Em seus estudos, a autora propõe que os professores tenham acesso à biblioteca, grupos de estudo, núcleos de leitura e discussão como parte do seu trabalho.

Conforme o exposto acima, no contexto pesquisado se faz necessário que os órgãos responsáveis pela educação infantil do município tenham um olhar mais atento buscando investir na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nesta etapa. Neste caso, precisam considerar que a docência deverá ser exercida por professores/as habilitados/as, no mínimo, no Ensino Médio – Normal, conforme previsto na LDB e também evidenciado nos estudos realizados por Barreto (1994), o qual enfatiza que a formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade (p.11).

Com relação a isso, o município precisa dar mais ênfase nestas formações em serviço no âmbito dos espaços das escolas de educação infantil, em especial par ao grupo de atendentes recreacionistas que atuam enquanto docentes nas turmas. É preciso que tais profissionais tenham oportunidades de ampliarem seus conhecimentos acerca das infâncias e da etapa na qual atuam. Além da qualificação é preciso investir na valorização de tais profissionais e conforme Kramer (1994),

[...] esse processo deve redundar em aumento gradativo dos salários dos profissionais, ao longo de sua carreira, fruto da realização/participação de/em atividades de formação permanente, como resultado de negociações entre governo e sociedade civil (p.23).

Outro fator evidenciado neste estudo é o fato de que as escolas de educação infantil da rede municipal não possuem nem um momento de encontro na própria instituição com as atendentes para avaliar o trabalho que vem sendo realizado, assim como, para troca de ideias e experiências e até mesmo debater problemas encontrados no dia a dia. Segundo Oliveira (2011), tais momentos são imprescindíveis, pois interferem tanto no desenvolvimento das crianças, como no trabalho realizado pelos professores, como nos afirma:

Viver uma relação onde o diálogo, a interlocução a construção partilhada de um saber constituem sua marca, seguramente servirá como matriz de desenvolvimento não só das crianças, mas também do próprio professor. Para tanto deve existir na unidade momentos em que ele possa refletir sobre a sua prática, com a colaboração de outros professores ou de técnicos da creche e/ou supervisores das redes públicas. (p.88).

Cabe destacar que mesmo com uma realidade precária e desatualizada, as instituições de educação infantil encontram-se enquadradas no Sistema Municipal de Ensino de São Borja, Lei Complementar nº 38, de 28 de Dezembro de 2006, que nos fala em seu Art. 13:

As instituições de educação infantil, mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, desenvolverão suas atividades no Município observando as seguintes referências e condições:

I – as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil e as do Sistema Municipal de Ensino;

II – a autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelos órgãos do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação;

III – a capacidade de autofinanciamento

Quanto aos profissionais da educação da rede municipal, a referida Lei define no seu Art.15, que “são profissionais da educação os membros do magistério e especialistas, e os funcionários que exercem atividades de docência ou correlatas, que dão suporte pedagógico ao processo sistemático de ensino–aprendizagem” (São Borja, 2006). Mesmo exercendo atividade de docência na educação infantil, as atendentes recreacionistas que atendem as crianças da Educação Infantil, são vistas e possuem exigências semelhantes aos integrantes do quadro do magistério. A diferença é que possuem planos de carreira diferenciados dentro do funcionalismo público municipal e não consideradas enquanto profissionais da educação. Neste aspecto, em suas falas, as recreacionistas entrevistadas afirma que percebem que há uma grande desvalorização e exclusão, incluindo o previsto no Art. 16 do Plano de Carreira Municipal, o qual prevê: “A valorização dos profissionais da educação, incluindo condições de ingresso, aperfeiçoamento profissional, remuneração adequada, progressão funcional e condições de trabalho, é assegurada em Plano de Carreira regulamentada em lei específica”.

A defasagem em alguns pontos como: os espaços das instituições infantis; materiais didáticos e pedagógicos; o docente qualificado; cursos de formação continuada e qualificação aos profissionais, entre outros, acabam prejudicando os estabelecimentos de ensino infantil, que por sua vez, tentam oferecer as crianças uma educação de qualidade, voltada aos seus direitos assegurados por lei.

O Município de São Borja tem muito que crescer e atualizar-se no que diz respeito à educação infantil. Até então, pouco se investe nas escolas e nos profissionais que atuam nesta área. É preciso ir à busca para renovar o trabalho das escolas de ensino infantil, baseando-se nas legislações vigentes da educação infantil, investindo em uma nova educação às crianças com qualidade e valorização dos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar concluir este trabalho retomo as razões que me provocaram a sua realização: minha infância vivida com as mais simples brincadeiras com grupos de amigos; minha trajetória como educadora infantil em que, a criança é o principal sujeito envolvido e todo o trabalho gira em torno dela. Tais experiências foram articuladas com os estudos e vivências, as quais tive oportunidade de compartilhar no decorrer do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil realizada pela UFSM, instigando-me a inúmeros questionamentos a respeito da educação infantil.

Podemos dizer que este último ponto foi o que realmente me motivou a buscar informações e novos conhecimentos referentes a formação docente do professor da educação infantil. Atuando como educadora infantil e atual gestora de uma escola municipal de educação infantil, os estudos realizados permitiram-me compreender a complexidade do papel docente diante das especificidades de tal etapa. Para tanto, realizei este estudo visando buscando aprofundar meus conhecimentos a partir da análise do contexto municipal na qual estou inserida.

Frente esta oportunidade de estudo e pesquisa, posso dizer que hoje, além das vivências na área da educação que tive, também tenho o conhecimento do perfil dos docentes infantis de uma escola pública municipal, na qual a pesquisa foi realizada, que me dão subsídios para que eu possa compreender como os docentes infantis sentem-se valorizados enquanto educadores e seus conhecimentos adquiridos a respeito desta modalidade de ensino em que atuam.

Segundo as entrevistas realizadas com as professoras atuantes no exercício da docência em sala de aula, percebeu-se que estes profissionais necessitam de mais estudos, conhecimentos e reflexões acerca da educação infantil, pois a formação inicial foi apenas um suporte inicial para abrir os trabalhos realizados com as crianças.

Foi afirmado pelas professoras que no decorrer do trabalho realizado na instituição nunca houve a possibilidades de discutir e receber conhecimentos a respeito das políticas públicas educacionais para a educação infantil. A partir da pesquisa, observei que há um grande anseio por parte das entrevistadas referente a isso e concordam que é muito importante debaterem sobre esses assuntos. Acreditam que para realizar um trabalho de qualidade é preciso antes de tudo, estarem sempre se aperfeiçoando nos estudos, principalmente com relação às políticas que dão os princípios e orientam as práticas educativas adequadas ao novo conceito de educação infantil presente nos dias de hoje. Tudo isso pode ser considerado de

grande relevância para o processo educativo das crianças, pois somente com estudos e embasamentos teóricos e práticos que as docentes terão o conhecimento necessário para planejar e executar o seu trabalho na escola.

A partir dos estudos realizados, constatamos que há muitos avanços em termos de políticas públicas para a educação infantil tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs 2010) que ampliaram os debates em torno das especificidades de tal etapa. Aliado a isso, trazem para o bojo das discussões a implementação de práticas pedagógicas pautadas em princípios éticos, políticos e estéticos e acima de tudo considerando a criança enquanto sujeito neste processo.

Os estudos teóricos articulados com a escuta das educadoras permitiu problematizar o contexto no qual atual enfatizando a necessidade da oferta de espaços de formação continuada em serviço que possam ampliar e/ou redimensionar as concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas.

A pesquisa aponta ainda o fato de que no município ainda há muito em que investir e crescer no âmbito da educação infantil. Cito, por exemplo, a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão por parte da mantenedora que precisa contar com uma equipe de profissionais qualificados capazes de orientar e auxiliar todo o trabalho realizado nas escolas da rede municipal. Isto inclui a realização de visitas periódicas bem como a organização de espaços de formação docente em serviço no âmbito das escolas. Entendo ainda que é preciso um olhar mais atento acerca da docência nesta etapa pois o quadro das escolas infantis é composto somente por atendentes recreacionistas que embora atuem como docentes, não possuem espaço reservado para planejamento e atuam sem o auxílio de monitores e/ou auxiliares. Entendo ainda que é preciso implementar os artigos 61 e 62 da LDB, os quais definem a formação em nível superior para a atuação Básica bem como, a formação continuada, as condições de trabalho, o plano de carreira e remuneração adequada a estes profissionais.

Enfim, os avanços no âmbito das práticas pedagógicas na Educação Infantil incluem que os profissionais que atuam nesta etapa sejam valorizados como docentes. Isto quer dizer, que, além da valorização profissional (planos de carreira, salários e condições de trabalho) é preciso incluir espaços para planejamento e formação em serviço no cômputo da carga horária

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARRETO, Angela M. Rabelo F. KRAMER, Sonia; CAMPOS, Maria Malta. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**./MEC/SEF/COEDI - Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: 13 de julho de 1990.
- _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. 3v. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 10 junho. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- _____. Parecer nº 22/1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 1998.
- _____. Parecer nº 20/2009. **Dispõe sobre a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.
- _____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 10 junho. 2016.
- _____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 10 junho. 2016.
- FORTUNA, Tânia Ramos [et al.]. **Pedagogia do Brincar**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** Belo horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro->

2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file. Acesso em: 13 agosto. 2016.

_____. **Formação e profissionalização de professores da educação infantil.** Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz, 2012, v.02 Disponível em: file:///C:/Users/ANONIMUS/Downloads/102-315-1-SM%20(1).pdf acessado em julho/2016

PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SOUZA, Solange Jobim. **Infância, conhecimento e contemporaneidade.** In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (Org.). **Infância e produção cultural.** Campinas: Papirus, 1998.

ROSENAU, Luciana dos Santos. **Diagnósticos do fazer docente na Educação Infantil.** Curitiba: Ibpx, 2012.

SÃO BORJA. **Plano Municipal de Educação.** Lei nº 5.039, de 01 de julho de 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar.** Novembro, 2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico.** Dezembro, 2010.

_____. **Sistema Municipal de Ensino.** Lei Complementar N° 38, de 28 de dezembro de 2006.

PINTO, Manuel (1997): **A infância como construção social.** En PINTO, M. y SARMENTO, M. J. (Eds.) *As crianças: Contextos e identidades* (pp. 33-73). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
(T.C.L.E.)**

Eu _____,
tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do _____,
recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- * Que o estudo se destina fazer uma análise da formação docente dos profissionais que atuam na educação de bebês e crianças pequenas em uma instituição de ensino infantil considerando que, a estes profissionais requer formação específica para atuarem nesta área.
- * Que a importância deste estudo é demonstrar através das políticas públicas da educação que esses profissionais têm os seus direitos assegurados, assim como os demais da educação básica, e devem ser reconhecidos e valorizados no seu trabalho junto às instituições de educação infantil.
- * Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes:
- * Que participarei da pesquisa, em particular, do levantamento de dados.
- * Que o estudo será feito da seguinte maneira: conversa informal com o participante voluntário e agendamento de data para posterior preenchimento de questionário semiestruturado.
- * Que eu participarei das seguintes etapas: pesquisa de campo na qual participarei como informante sendo convidado a preencher o questionário semiestruturado, em data a ser previamente combinada com o/a pesquisadora.
- * Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: caso sinta quaisquer constrangimentos com relação ao preenchimento do questionário semiestruturado poderei desistir de participar da pesquisa.
- * Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: desconforto.
- * Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: possibilidade de fornecer dados que subsidiarão as ações de ensino, pesquisa e extensão na esfera da educação, em particular, em relação ao aprimoramento dos espaços de formação continuada no âmbito da educação infantil.
- * Que a minha participação será acompanhada do seguinte modo: preenchimento e devolução do questionário semiestruturado.
- * Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
- * Que eu serei informado sobre o resultado final da pesquisa.
- * Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- * Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a

identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

- * Que o estudo não acarretará nenhuma despesa para o participante da pesquisa.
- * Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

<p>Endereço do (a) participante-voluntário (a) Domicílio: (rua, praça, conjunto): Bloco: /Nº: /Complemento: Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone: Ponto de referência:</p>
<p>Endereço do (a) responsável pela pesquisa : Nome: Josiane de Oliveira Pinto Zawaski Endereço: Bloco: /Nº: /Complemento: Rua Frei Caneca, nº 978, bairro Bettim. São Borja.</p>

<p>ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa - UFSM</p>
--

São Borja, ____ de _____ de 2016.

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário(a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p>Nome e Assinatura do(s) responsável (eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
--	---

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntário(a) da pesquisa e pelo responsável)